



Laysa Edmille dos Santos Silva Vicente

A INVISIBILIDADE E DESVALORIZAÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE  
TRABALHO BRASILEIRO

Rio de Janeiro

2023

Laysa Edmille dos Santos Silva Vicente

A INVISIBILIDADE E DESVALORIZAÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE  
TRABALHO BRASILEIRO

Pré-projeto de Monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): Fernanda Martins

Coorientador(a): Marcello Coutinho

Rio de Janeiro

2023

*Dedico este trabalho  
à minha mãe, Alisiana;  
À todas as mulheres da minha família.*

*Mas reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em  
vários campos do pensamento, produzem artes em várias  
modalidades, o imaginário brasileiro pelo racismo não concebe.*

*Para uma mulher negra ser escritora, é preciso fazer muito*

*Carnaval primeiro.*

*(Conceição Evaristo)*

## RESUMO

Este texto monográfico tem como objetivo compreender a construção social que contribuiu para a exclusão e inferiorização da mulher preta no Brasil — país diverso de culturas e etnias mas tido como intolerante e excludente<sup>1</sup>, discutir os impactos para a população feminina negra das desigualdades produzidas e reproduzidas ao longo dos anos decorrentes da discriminação baseada em teorias étnicas-raciais que originou um dos acontecimentos mais marcantes da história mundial: a escravidão, que teve o Brasil como um dos maiores territórios, entendendo os processos que abarcam ser uma mulher negra no Brasil e seus enfrentamentos na busca por espaço no mercado de trabalho formal . Sendo assim esse projeto de pesquisa visa ampliar o debate a respeito da inserção da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro, com base nos reflexos do racismo histórico, problematizando o lugar de inferioridade e desigualdades, seja na educação, no trabalho, na saúde.

Palavras-chave: (de três a cinco) Trabalho. Educação. Saúde.

---

<sup>1</sup> Raphael Boldt, em sua obra A (im)possível inclusão do “outro” na sociedade excludente, classifica a mesma como....

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	6
1.1 OBJETIVOS .....	9
1.2 JUTIFICATIVA .....	10
<b>2 DEBATE RAÇA E RACISMO:</b> questões históricas que inseriram a mulher negra na base da pirâmide societária brasileira.....	12
2.1 BRASIL DURANTE E PÓS PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO.....	13
<b>3 RAÇA, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO:</b> discriminação da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro .....	17
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	24
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	25

## 1 INTRODUÇÃO

O racismo é configurado pelo ato de discriminar, excluir, segregar, oprimir um indivíduo com base em sua raça, cor, descendência ou origem nacional. No Brasil, que foi o último grande país ocidental a abolir a escravidão com a lei Áurea assinada em 13 de maio de 1888, o racismo se alicerçou por mais de três séculos. Após o processo de escravização, não foram criadas políticas públicas que garantissem a inserção e integração dos escravizados libertos à sociedade. Período marcado pela miséria, sem direito a moradia, alimentação, saúde, educação e consequentemente ao estudo e mercado de trabalho, condições básicas de sobrevivência, essa população foi marginalizada e tiveram que recorrer a moradia em lugares de pouco prestígio, formando assim as favelas.

Segundo GONZALES, 2020 em seu livro intitulado “Por um feminino afro-latino-americano”, o movimento feminista foi historicamente liderado por mulheres brancas, fazendo com que as reivindicações de mulheres brancas e negras fossem tidas como algo único, comum entre elas. A luta por acesso ao mercado de trabalho formal, por exemplo, era pautada no pressuposto de que as mulheres seriam limitadas ao trabalho de caráter doméstico, mas se analisarmos os marcadores que atravessam as mulheres de formas diferentes acerca do contexto em que cada uma está inserida, observamos que as mulheres negras não foram sempre restringidas ao trabalho doméstico, seja este um trabalho formal, de forma assalariada ou como vítima de um dos maiores marcos da história, escravizadas. A interseccionalidade é o termo que surge para sedimentar a compreensão acerca da maneira em que os indivíduos são atravessados a partir da interação e/ou combinação dos marcadores sociais, enfatizando a necessidade de um olhar individual para cada contexto social.

Os reflexos do racismo estrutural, fazem com que milhares de mulheres sejam associadas à pobreza e inferioridade por carregarem na pele o que deveria ser apenas característica da diversidade brasileira.

Uma série de desigualdades que acompanham todo o processo de construção e formação do indivíduo até a ocupação profissional, desde a desigualdade de oportunidade de acesso, à educação formal no país e mercado de trabalho.

Desigualdades essas que comprimem a mulher preta no último lugar da pirâmide social e, conseqüentemente, fazem com que a mesma ocupe a posição de precisar provar-se competente mesmo em casos de possuir a mesma formação que a mulher não preta.

Através dos séculos, observamos as lutas das mulheres pela conquista de espaço, igualdade e reconhecimento na sociedade, e é por consequência dessas lutas, intervenções e reivindicações que elas ocupam cada vez mais lugares que eram reservados apenas aos homens.

Mesmo com a elevação crescente da taxa de integração das mulheres ao mercado, assim como aponta Pinto, 2006, a desigualdade ainda é um fator muito presente entre mulheres brancas e negras, principalmente ao que se refere ao rendimento.

Se as mulheres já são discriminadas simplesmente por serem mulheres, quando a condição de ser negra é associada, a situação se torna cada vez menos favorável.

Segundo Monica Francisco, 2018 pesquisas recentes apontam que apesar da proteção constitucional contra o racismo e discriminação, as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, postos de baixa escolaridade e qualificação são enfrentadas pelos considerados pretos e é justamente essa estereotipagem entre as raças que vai estabelecer limites para os negros enquanto oferta aos brancos o privilégio de maior facilidade de ascensão e representação na sociedade.

Mesmo que os homens estejam acima das mulheres na pirâmide social, no contexto do mercado de trabalho há um recorte muito expressivo em relação a raça, fazendo com que homens e mulheres negras sejam os mais vulneráveis à discriminação e dificuldade de integração a postos de grandes prestígios na sociedade

De acordo com Giselle Pinto em sua pesquisa intitulada “Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais”

A população feminina ocupada concentra-se nas classes de rendimento mais baixas: 71,3% das mulheres que trabalham recebem até 2 salários mínimos, enquanto os homens são 55,1%. A desigualdade salarial aumenta conforme a remuneração, ou seja, os altos salários ainda estão reservados aos homens. A proporção de homens que ganham mais de 5 salários mínimos é de 15,5% e das mulheres, 9,2%. (PINTO, 2006, p.5)

**Proporção da População Feminina Negra e Não-Negra em ocupações de direção e planejamento. 2001-2002.**

Brasil 2001- 2002	São Paulo	Salvador	Recife	Porto Alegre	Distrito Federal	Belo Horizo nte
Mulheres Negras	4,2	8,9	7,2	3,6	11,9	8,9
Mulheres Não- Negras	15,7	26,2	17,4	14,4	22,3	18,1

Fonte: DIEESE/ Seade, MTE/FAT. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2001-2002.

Essas relações sociais estabelecidas há séculos, se estruturaram na sociedade, fazendo com que o processo de desconstrução hoje seja mais duro. Não se tratando apenas de um processo de informação, mas de desmantelar os conceitos pré definidos sobre a feminilidade pensados hoje quase que inconscientemente e repassados entre gerações.

Portanto, visando ampliar o debate acerca do lugar subjugado da mulher preta no mercado de trabalho no território brasileiro, esse projeto será estruturado na abordagem qualitativa e usará como estratégia de pesquisa a revisão da literatura por meio da busca nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, tendo como descritores: Racismo, Feminismo, Mulheres negras e mercado de trabalho e democracia racial.

## 1.1 OBJETIVOS

Objetivo geral:

Compreender a construção social que contribui para a exclusão e inferiorização da mulher negra no Brasil, tendo como base os reflexos do racismo histórico, que as colocam em lugar de inferioridade, reproduzindo uma série de desigualdades, seja na educação, no trabalho e na saúde, as colocando no último lugar da pirâmide societária. Assim como evidenciar as lutas e resistências das mulheres negras na busca de uma sociedade mais equânime.

Os objetivos específicos são:

- 1) Compreender as questões históricas que inseriram a mulher negra na base da pirâmide societária brasileira: Raça e Racismo.
- 2) Analisar a inserção da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro e suas lutas na busca por uma sociedade mais equânime: Sexismo, Racismo e Discriminação da mulher negra no mercado de trabalho.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Como mulher, ascendente da raça negra, entender e discutir as origens das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que vieram antes de mim e que possivelmente permearão o meu trajeto até a inserção no mercado de trabalho formal me fazem sentir parte do processo de desconstrução dessa sociedade historicamente machista e racista.

Se é possível, hoje, vemos mulheres negras ocupando espaços que antes eram reservados aos homens, é consequência de movimentos, lutas e intervenções das próprias, então os melhores mecanismos de ação é além da reivindicação, a compreensão das origens e efeitos, como acontece e de que modo podemos enriquecer as discussões para que cada vez sejam ocupados espaços maiores até que a discriminação por sexo e raça deixe de ser um cenário tão recorrente e comum.

A representatividade é um fator muito importante para a conquista de espaço no mercado de trabalho, mesmo tempo que é uma temática pouco abordada. A dificuldade de posicionamento e reconhecimento da mulher no mercado de trabalho é muito evidente, assim como a falta de igualdade nesse ambiente, fato que se intensifica para as mulheres negras. Quanto menos debatido/falado for o tema, menos visibilidade e conseqüentemente menos alcance ele vai ter. Para além da reivindicação, a inspiração também é um papel de extrema importância, para que jovens negras se sintam abraçadas, inspiradas, motivadas e sejam cada vez mais conscientes para que reconheçam os desafios enfrentados e não os enxergue com normalidade.

No texto “Por um feminismo Afro-latino-americano”, de Lélia Gonzales, a autora enfatiza a importância de reiterar a reflexão acerca das contradições e desigualdades raciais ainda presentes nos dias de hoje, como também o papel fundamental do feminismo em trazer discussões com temas pouco antes abordados, como: violência, sexualidade, direitos reprodutivos, etc.

As questões que contribuíram para a discussão da discriminação com base na orientação sexual foram muito relevantes, cenário que não se repetiu no âmbito da discussão da discriminação racial. A dimensão racial não pode ser extraída ou tida como uma questão à parte do movimento feminista, uma vez que ao trazer ao debate questões referentes as opressões, silenciamento, sistema ideológico de dominação que desvalida e silencia as mulheres, não se pode simplesmente ocultar a luta diária enfrentada por milhões delas que carregam através de gerações fardos pesados simplesmente por não serem brancas. Quando se combinam os

mostradores de sexualidade e raça, são as mulheres negras as que sofrem de maneira mais acentuada, sendo subordinadas no interior das classes mais exploradas tendo a “ideologia do branqueamento” como fator determinante dos níveis de discriminação, por isso tamanha importância do movimento feminista negro.

Importante destacar também que o caráter duplo da condição biológica da mulher negra (racial e sexual), pode assumir peso triplo de acordo com sua baixa posição de classe. A nossa conscientização e participação nos movimentos étnicos são de extrema importância, é essa consciência que nos permite identificar no dia a dia as reproduções da dominação racista que carecem de intervenção, como também dar a ênfase necessária as desigualdades promovidas por sexo e raça, sem extrair ou abstrair o peso que o racismo tem nessa luta.

**2 DEBATE RAÇA E RACISMO:** questões históricas que inseriram a mulher negra na base da pirâmide societária brasileira.

O conceito de raça etimologicamente tem origem italiana do termo "razza", que por sua vez foi originado a partir da palavra "ratio", em latim, que significa sorte, categoria, espécie

Na história das ciências biológicas, esse conceito foi primeiramente usado a fim de classificar as espécies de animais e vegetais mas logo escoou para a esfera social, com o objetivo de legitimar a relação de dominação entre classes. Já a ideologia racista surge concomitante ao questionamento de uma hierarquia de raça que se consolidou tendo como vértice da pirâmide os europeus do norte, acima dos demais povos.

Objetivando provar a origem e motivação da desigualdade racial, que teve suas raízes fincadas na escravidão, uma série de dissimulações começaram a surgir, que atuaram como fundamentação para justificar a existência do racismo, dentre elas: a ideologia cristã, que, a partir da mitologia bíblica, afirmava serem os africanos descendentes do filho amaldiçoado de Noé, justificando a escravidão deles na América. A instituição católica teve grande influência na disseminação de teorias racistas. Como apontado por ROEDEL, Hiran:

Santo Agostinho (séc. IV/V) e santo Isidoro de Sevilha (séc. VI/VII) defendiam, por exemplo, que a escravidão estava vinculada ao pecado e que, portanto, essa condição decorria da vontade divina.

Os africanos, bem como os indígenas, eram de diferentes e diversos povos o que estremecia a legitimação do racismo em si, visto que o eurocentrismo/etnocentrismo não configuraria racismo. Com o fim, em teoria, da escravização às portas e a crescente necessidade de importação de força de trabalho, escravizados recém libertos passaram a ser desconsiderados e os povos originários culpabilizados pelo atraso do Brasil, surgindo como solução a importação de trabalhadores pobres da Europa.

Com o Brasil entrando na fase da revolução burguesa e a necessidade de formulação de um Estado Nacional, a fim de alimentar a industrialização iniciou-se a valorização da mestiçagem, que anteriormente tinha certa resistência por parte dos cientistas, e da "teoria" da democracia racial, que na prática não exprimia valor democrático algum, os mestiços foram neste momento vistos

como a intersecção entre as raças e a eles foi creditada a possibilidade de domesticar o caráter agressivo e insubordinado do negro africano, resultando em uma hierarquia social com a seguinte configuração: brancos ricos no topo, brancos pobres e mestiços no meio, negros e indígenas na base. (TADEI, Mariano, 2022)

Tendo a cor da pele como fator determinante para identificação de raça, classe e manutenção das relações sociais, há uma discussão evidente sobre o reconhecimento de negros de pele clara como pardos ou mulatos alimentada pelo colorismo. Essa fragmentação da identidade negra estabelece o grau de tolerância do indivíduo em contextos sociais. Quanto mais clara a tonalidade da pele mais tolerável, ainda que esse indivíduo se autodeclare negro.

Num país que para o exterior carrega a imagem de pessoas majoritariamente negras, observa-se o embranquecimento e a segregação racial através dessa tentativa indireta de negar e/ou amenizar a ascendência negra, perpetuando a existência da discriminação racial.

## 2.1 BRASIL DURANTE E PÓS PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO

Conforme afirmam PEREIRA, Nayara e RODRIGUES, Yara em pesquisa intitulada “Trabalho Do Escravo No Brasil: Os Reflexos Da Antiga Legalidade Na Escravidão Contemporânea” a forma de trabalho utilizada pelos portugueses em relação aos povos nativos à princípio era o escambo –troca de bens em comum acordo– na exploração do Pau-Brasil.

Com a primeira tentativa da coroa portuguesa de organizar a colonização do Brasil, em 1534, através da implantação do sistema de capitanias hereditárias– divisão de regiões denominadas capitanias e partilha entre nobres portugueses aos quais foi dado o direito de exploração– passou-se a ser incentivado o desenvolvimento de engenhos para produção de açúcar, atividade complexa que necessitava de mão de obra. Neste momento os portugueses viram na escravidão uma saída para suprir a demanda de trabalhadores braçais, logo, os indígenas foram o primeiro grupo a sofrer com a escravização.

O preço do escravizado indígena, conhecido pelos portugueses como “negro da terra” era em média três vezes menor que o do africano, a exploração da força de trabalho deles, no entanto, foi conflituosa, pois, além de verem o trabalho na lavoura como um “trabalho feminino”, a cultura desses povos não tinha como costume o trabalho contínuo, além da alta taxa de mortalidade

proveniente da presença portuguesa na América. Outro fator foi a discordância entre jesuítas e colonizadores, pois os primeiros acreditavam que os indígenas deveriam ser catequizados e posicionaram-se contra sua exploração, os colonos pressionados decidiram decretar a proibição da escravização dos povos originários, que continuou a ser praticada nos Estados que não tinham grande número de escravizados africanos.

Milhões de indígenas foram afetados pela escravização trazendo como consequência, além do preconceito contra este grupo, uma redução populacional drástica desses povos que contavam com cerca de 3,5 milhões de habitantes no período que os colonizadores encontraram o Brasil e atualmente são compostos por cerca de 1.693.535 habitantes, segundo dados do IBGE.

A mão de obra escrava indígena foi sendo gradativamente substituída pela dos africanos que chegaram ao Brasil vítimas do tráfico negreiro, entre os séculos XVI e XVII.

Esse processo contou com quantidade tão grande de africanos trazidos ao Brasil para serem explorados que logo o trabalho escravo foi associado à cor da pele desses escravizados, fato que já exprimia o racismo por trás da instituição da escravidão no Brasil.

A história da escravização africana iniciou-se com a chegada dos primeiros por volta de 1550, através do tráfico negreiro. Os portugueses já tinham relações com povos africanos desde o século XV e já comprava essas pessoas para escravizá-las em outros territórios. Com os altos retornos lucrativos que o trabalho rendia e a crescente demanda de trabalhadores no Brasil, esse comércio foi estendido aos colonos instalados em solo brasileiro. Assim, através do tráfico negreiro e ao longo de mais de 300 anos, cerca de 4,8 milhões de africanos foram trazidos ao Brasil.

Segundo Stuart Schwartz:

Só o tráfico de escravos africanos fornecia um abastecimento internacional de mão de obra em grande escala e relativamente estável, que acabou por fazer dos africanos escravizados as vítimas preferenciais.

Os escravizados não recebiam as violências diárias, a exploração e a própria escravização de forma passiva. Fugas, revoltas, oposição e formação de quilombos foram as reações em forma de resistência que marcaram a história da escravização africana no Brasil.

O trabalho escravo era dividido entre campo: no qual os escravizados só tinham contato com o feitor, não tinham contato direto com os senhores; cidades: os que trabalhavam neste ambiente desempenhavam diversas funções, como: escravos de ganho— modalidade de exploração do trabalho escravo que consistia no aluguel do escravizado para realização de atividades para terceiros— carpinteiros, barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros, entre outros; residências: os escravizados domésticos diferentemente dos que trabalhavam no campo, tinham contato direto com o senhor e família. O trabalho escravo imposto às mulheres geralmente era como amas de leite, cuidado com as crianças, alimentação, doceiras e vendedoras ambulantes, as chamadas “negras de tabuleiro”, mas na cidade de Salvador, por exemplo, as mulheres também realizavam atividades de ganho sobressalentes às realizadas pelos homens, vendiam hortaliças, comidas prontas, peixes, entre outros, o que permitiu que muitas dessas tivessem acesso à compra de alforrialibertação independência e garantia de que seus filhos nasceriam livres. (AMARAL, Sharyse).

O tratamento violento tinha o intuito de inibir revoltas. Dentre as punições as mais comuns eram a violência, máscara de ferro, acorrentamento, "quebra negro" - uma forma de reforçar a superioridade dos senhores, à medida que os escravos não poderiam olhá-los nos olhos, sempre para baixo –, entre outros.

A escravização dos indígenas foi abolida integralmente em 1758 e a dos africanos em 1888. Atualmente, mais de três séculos após a abolição da escravatura, negros e indígenas ainda sofrem com as consequências da ideologia de superioridade branca, mesmo que constitucionalmente esses grupos sejam protegidos contra a discriminação, a sua superexploração e desvalorização ainda é uma realidade incontestável, Gonzalez (2018) e Clóvis Moura (2019) já haviam notado que a negação da população à persistência do racismo denunciado pelos negros desde a campanha abolicionista agiu como um determinante para a reprodução das relações sociais e econômicas que os preservou em posição desfavorável.

O racismo em números mostra que a discriminação nunca deixou de existir, só adquiriu uma nova configuração. Segundo dados do IBGE, INEP e Ministério da Saúde, os negros correspondem a 55.5% da população brasileira e os Brancos 43.5%, embora os negros representem

a maioria da população, apenas 18,5% ocupam o cargo de juiz enquanto os brancos que ocupam este cargo chegam ao percentual de 80,5%. Não obstante disso, o número de homicídios por vítimas negras chega a 77,5%, enquanto por vítimas brancas seja de 22%. De acordo com o Atlas da Violência 2017, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras.

De acordo com Elisiane Santos, em sua dissertação intitulada “Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo”, a precarização do trabalho adulto induz a inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho e isso tem reflexo nas violências praticadas contra crianças e adolescentes negros que representam a maioria no trabalho infantil.

O ingresso precoce de negros no mercado de trabalho se dá por herança da escravização, assim como a ocupação dos mesmos em postos que exigem menor qualificação já que, após a libertação, eles passaram a ser os responsáveis pelo trabalho não qualificado, favorecendo a manutenção do privilégio da branquitude.

Outros exemplos dos inúmeros fatores que evidenciam a existência e persistência do racismo nos dias atuais, de acordo com (SIQUEIRA, Túlio) em sua pesquisa intitulada “O Trabalho Escravo Perdura No Brasil Do Século XXI” é a própria desigualdade social e econômica devido a má distribuição de renda, uma vez que os latifundiários, proprietários de fazendas com grande extensão de terras ocupam o lugar dos ricos que recebem muito e, por outro lado, abaixo da linha de pobreza: a classe trabalhadora explorada, composta hoje majoritariamente pelos negros, vítimas de marginalização e discriminação histórica que contribuiu para o empobrecimento dessa população.

De acordo com dados do Instituto Ethos em uma pesquisa realizada entre as 500 empresas de maior faturamento no Brasil, apenas cerca de 4% dos 56% da população autodeclarados como negros estão ocupando cargos de liderança, no entanto, representam 57% em cargos técnicos e operacionais, representando a falta de oportunidade muito influenciada pela necessidade de introdução precoce ao mercado de trabalho.

**3 RAÇA, GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO:** discriminação da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro.

No Brasil, as diferenças no acesso a direitos como emprego, moradia e saúde não são apenas regionais: são também raciais. A pobreza tem cor e é preta.

A maior população negra fora da África e a segunda do mundo, superada apenas pela Nigéria, concentra-se no Brasil mas apesar de maioria, essa população é a mais vulnerável à violência e doença ligadas a pobreza são mais incidentes neste grupo. (Ministério da Saúde, 2021)

Dentro desse recorte existem as mulheres negras, que representam o grupo com maior vulnerabilidade social:

"Morreram assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas"

(Mapa da Violência de 2015: homicídio de mulheres no Brasil.)

Os dados refletem a realidade das mulheres negras e são essenciais para denunciar a violência sofrida por essas mulheres.

A desigualdade de gênero nada se relaciona com fatores biológicos, é exclusivamente fundamentada a partir das interrelações sociais, leis civis e morais, patriarcalismo e o conjunto de costumes e normas desenvolvidos por cada sociedade.

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o "cimento" de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades. Segundo Gilliam: "O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance". (CARNEIRO, 2003)

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2010, o número de mulheres existentes no país era bem maior que o número de homens, em uma relação de 100 mulheres para cada 96 homens, totalizando assim 3.941.819 mulheres a mais do que o número total de homens, ainda assim o sexismo e a objetificação do corpo feminino fundiu-se, concomitante à ideologia de dominação masculina, exercida desde os primórdios com base na premissa de que o homem- detentor da virilidade, força, protetor e provedor- é o dono da mulher e em nome de sua honra apropriou-se dela, preservando seu papel na esfera social que é aceito em diversas camadas e inconscientemente absorvido pela mulher ao longo da história das relações sociais, conforme SANTOS, Cristiane e ANDRADE, Maria pontuaram em: “A Naturalização da Violência de Gênero na Contemporaneidade”.

Gonzalez, 2020 em sua obra “Por um feminismo latino americano” aponta que enquanto as mulheres brancas foram restringidas ao trabalho doméstico e de cuidado, as mulheres negras já tinham sido vítimas do trabalho escravo e continuaram exercendo diversos tipos de trabalhos não qualificados para suprir a falta de inclusão e o descaso que sofreram sendo teoricamente libertas mas jogadas à própria sorte. Isso que fez com que mulheres brancas e não brancas tivessem suas pautas associadas, quando na verdade o lugar subjogado da mulher branca, embora exista, não contempla o lugar de subjogação, exploração e inferiorização da mulher negra.

Não obstante disso, quando surgiram as primeiras intervenções feministas, as vozes que estavam sendo ouvidas eram de mulheres brancas, que lideravam esse movimento, enquanto as vozes negras permaneciam apagadas e invisibilizadas. Tudo, nesse momento, cooperava para que a população negra permanecesse silenciada, visto que a escravização fez com que essas pessoas fossem vistas como “coisas” e não houve preocupação ou interesse em integrá-las à sociedade.

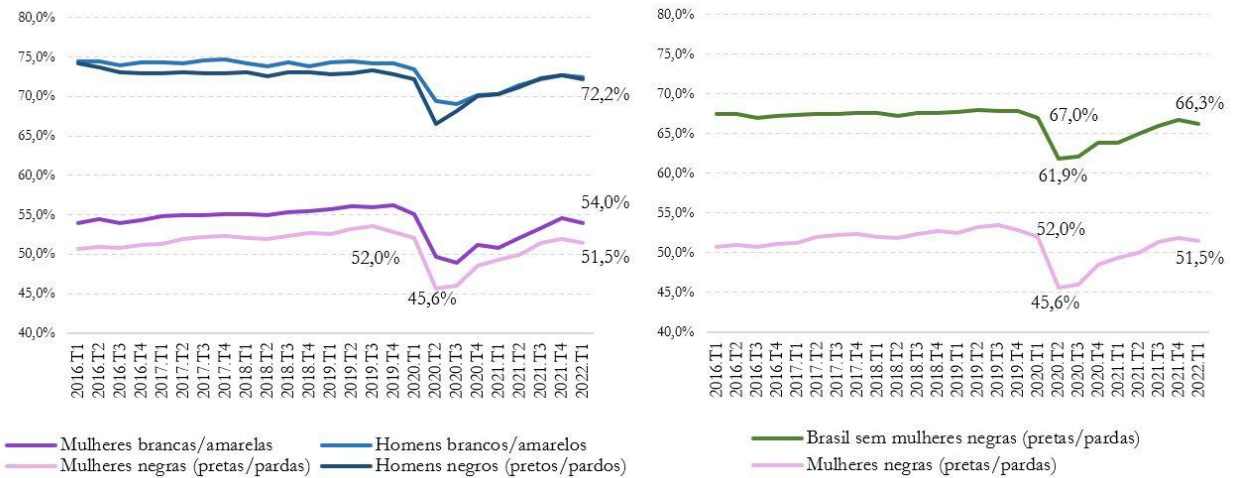
As desigualdades econômicas e sociais ocasionadas pela má distribuição de renda, tem suas raízes fincadas na discriminação no mercado de trabalho. Lélia Gonzales em sua obra “Primavera para as rosas negras” busca alertar o que as mulheres negras estão gritando há séculos que é a diferença do desdobramento da vida da mulher branca e da mulher não branca no cenário pós escravização, onde a violência patriarcal e o racismo encontram-se entrelaçados ao bom desenvolvimento do capitalismo na formação social brasileira, que contribui para que o rico seja preservado em ascensão e o pobre subordinado à marginalização.

Devido a ocorrência desses movimentos, as mulheres perceberam a necessidade de produção de estudos acerca da temática feminista e de gênero, levando em conta que essa produção traria importantes conhecimentos que possibilitariam a luta por mudanças em suas realidades, tal como sua subordinação. "Um grupo de estudiosas anglo-saxãs começaria a utilizar, então, o termo gender, traduzido para o português como gênero, a partir do início da década de setenta do século passado." (MEYER, 2004, p.14).

Em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, observou-se queda na participação de mulheres negras ao mercado de trabalho em comparação ao cenário pré-pandêmico. De acordo com a pesquisa, no primeiro trimestre de 2022, apenas metade das 48,8 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar estavam inseridas no mercado de Trabalho. Outro agravante pontuado foi que as mulheres negras recebem cerca de 60% do rendimento médio das mulheres brancas e menos da metade do rendimento médio dos homens brancos.

Quando evidenciamos as discriminações sofridas pela mulher negra, observamos a violação de diversos dos direitos humanos. As mulheres negras que ocupam trabalhos formais sofrem de desigualdade salarial, no entanto, os 43% das que estão inseridas no trabalho informal, além de serem menos remuneradas que as em condição de trabalho formal, não possuem carteira assinada e conseqüentemente nenhuma segurança ou garantia de quaisquer direitos reservados aos trabalhadores, evidenciando que em todos os casos elas estão em situação de inferioridade.

- Evolução da Taxa de Participação por grupos de gênero e raça



Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>

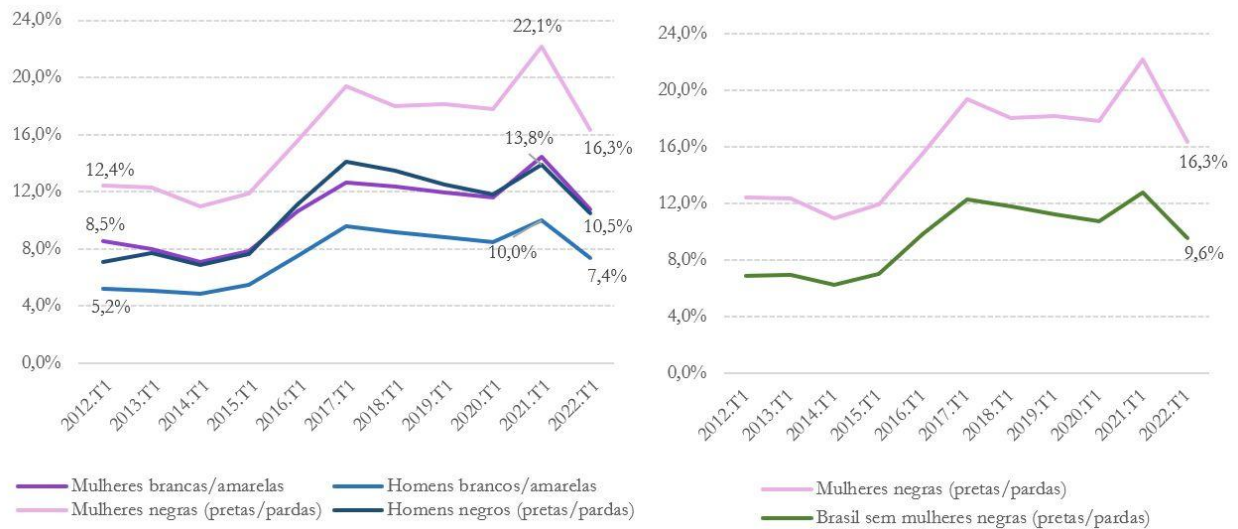
Nota: A taxa de participação é obtida pela razão entre a população economicamente ativa e a população em idade para trabalhar.

As menores taxas de participação no mercado de trabalho, em comparação aos outros grupos demográficos, é das mulheres negras. Nota-se no gráfico que, durante a pandemia, no segundo trimestre de 2020, houve uma queda nessa participação – de cerca de 52% para 45,6% - mas que gradativamente retornou ao nível pré pandemia nos trimestres seguintes.

A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é um dos importantes indicadores que possibilitam o acompanhamento de sua inserção e permanência, no entanto, fatores como conseguir um emprego ainda é uma barreira muito grande a ser enfrentada por elas, uma vez que o desemprego entre essas mulheres apresentem os maiores números, de maneira independente do período analisado.

Das 48,8 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, cerca de metade estão buscando emprego ou inseridas no mercado.

- Evolução da taxa de desemprego por grupos de gênero e raça

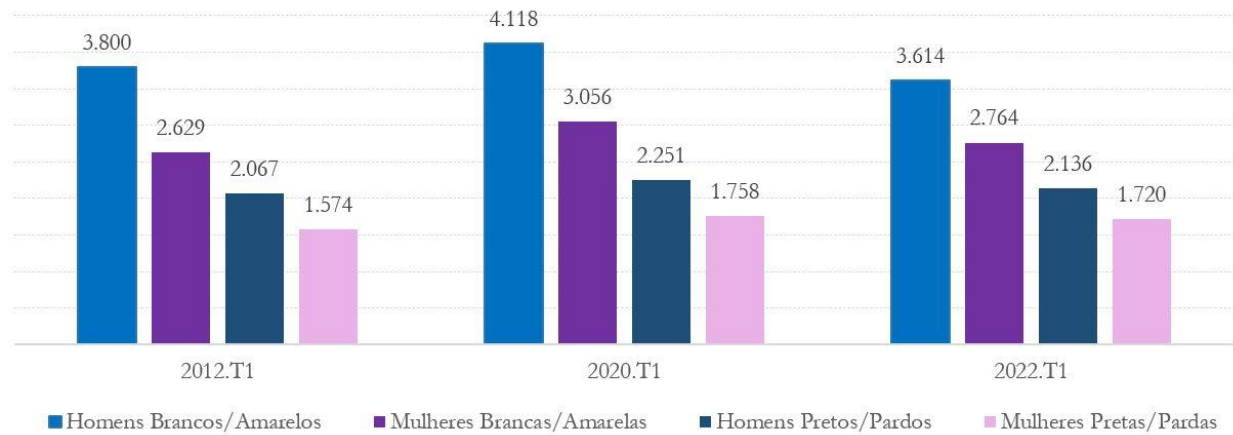


Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>

A tendência da taxa de desemprego manteve-se relativamente semelhante para todos os grupos na última década, sem variações absurdas. Nota-se um crescimento notável de 2014 a 2017 e uma leve redução vinha se apresentando mas interrompida pela pandemia no período de 2018-2019.

Em relação a população ocupada, a quantidade de mulheres negras ocupadas caiu 11,5% entre o primeiro trimestre de 2020 e 2021, maior queda entre os quatro grupos [Homens Brancos e Amarelos (-1,3%), Homens negros (-6,6) e Mulheres Brancas/Amarelas (-7,0%)]. Esse aumento contribuiu para que a taxa de desemprego atingisse 22,1% no 1º tri de 2021. Já no 1º trimestre de 2022 todos os grupos voltaram a atingir os níveis do 1º tri de 2020, com as mulheres negras apresentando o menor crescimento no período (1,6%). (FEIJÓ, 2022)

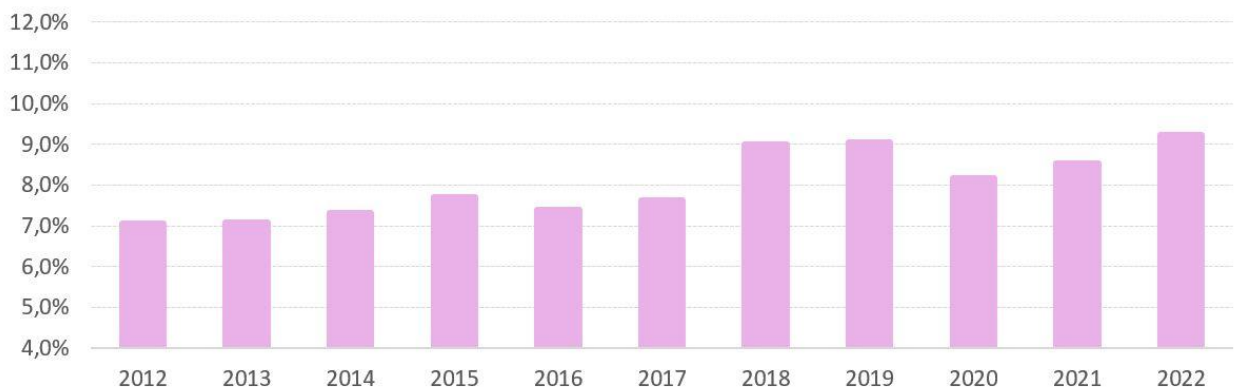
- Rendimento médio por grupos de gênero e raça



Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>

Embora entre 2012 e 2020 o crescimento médio do rendimento salarial tenha sido uma realidade para todos os grupos, as mulheres negras permanecem sendo as maiores vítimas da desigualdade salarial, apresentando os menores números. Em 2022, com o país reagindo as consequências da pandemia, a recuperação do emprego e abertura de postos de trabalhos mais intensivos em mão de obra e de baixo valor agregado, os rendimentos médios decresceram.

- Evolução da representatividade das mulheres negras entre os 10% com maiores rendimentos do trabalho (1º tri de cada ano)



Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>

Os dados mostram a evolução da representação das mulheres negras no grupo de pessoas com salários mais altos, evidenciando a falta de representatividade dessas mulheres em condição de ascensão no mercado de trabalho brasileiro e a necessidade de intervenções que garantam às mulheres negras igualdade salarial, de acesso e direitos.

Em 2022, no grupo de pessoas que tinham rendimentos de todas as fontes superior a R\$ 5.012, apenas 9,2% eram mulheres, embora elas representem 22,1% da população total de trabalhadores. (FEIJÓ, 2022)

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da crescente integração ao mercado de trabalho, os reflexos do racismo e do patriarcado na sociedade contemporânea ainda são fatores contribuintes para o cenário de invisibilidade e desvalorização das mulheres negras.

Entendendo a dinâmica da falsa democracia racial e da imposta superioridade masculina, é possível discutir as consequências refletidas em todo o processo de construção da identidade da mulher negra, que ainda período de formação de senso crítico deve ser instruída a viver e sobreviver numa sociedade racista e machista.

O movimento feminista negro atua de forma indispensável no combate ao silenciamento e discriminação contra as mulheres não brancas, trazendo informação, resistência, apoio e representatividade ao centro do debate.

Acrescentando à mulher negra, um protagonismo nunca antes visto, perspectiva de ascensão social e unidade, para que as vozes somadas ecoem mais alto e tragam visibilidade a este grupo tão inferiorizado e esquecido.

Desconstruir a configuração racista e machista difundida na sociedade é o passo mais importante em busca de uma sociedade livre dessas amarras que, no entanto, só será possível quando o bem estar e equilíbrio social estiver acima do próprio e todos os cidadãos tenham olhar coletivo pautado na igualdade, sem base ou topo de pirâmide, quando os homens apoiarem o feminismo, os brancos apoiarem o movimento antirracista, os conservadores apoiarem o movimento lgbtqiapn+, entre outros.

Enquanto tudo isso faz parte apenas de um ideal imaginário, sejamos revolucionários.

“Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar.”

(Angela, Davis)

## REFERÊNCIAS

FRANCISCO, M. **Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade**. Ensaios Filosóficos, Volume XVIII- Dezembro\2018.

PINTO, G. **Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambú-MG- Brasil, 18-22 de setembro de 2006.

SOARES, S. **XIV O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho: Homens Negros. Mulheres Brancas, Mulheres Negra**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Brasília, novembro de 2000.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro, 2020.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

HIGA, Carlos César. **Escravidão indígena**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/escravidao-indigena.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2023.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Ed. Filhos da África, 2018

RODRIGUES, Yara; PEREIRA, Nayara. **Trabalho Do Escravo No Brasil: O Reflexos Da Antiga Legalidade Na Escravidão Contemporânea**. Disponível em: <https://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1e758001ab9f2c3f>

ROEDEL, Hiran. **Do Mito de Cam ao Racismo Estrutural: Uma Pequena Contribuição ao Debate**. Projeto AFRO-PORT: Afrodescendência em Portugal [FCT/PTDC/SOC-ANT/30651/2017]. Lisboa. No.02. Julho. 2020. 01-19. Disponível em: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/afroport/artigos/>

TADEI, Mariano. **A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/fm67k3WrsDP9zWDHFYFgXbK/?lang=pt>

SOARES, M. Bárbara. **Enfrentando a Violência contra a mulher: orientações**

**práticas para profissionais e voluntários(as).** Brasília: CESEC-Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2005.

SANTOS, Cristiane; ANDRADE, Maria. **A Naturalização da Violência de Gênero na Contemporaneidade.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social Vitória(ES), 2018.

CARNEIRO, Sueli. **"Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero"**.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho - Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras.** 2000.

FEIJÓ, Janaína. **A participação das mulheres negras no mercado de trabalho.** 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>